



COM O TERÇO ENTRE OS DEDOS: AS MARCHAS DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE EM SERGIPE (1964-1966)

*RAPHAEL VLADMIR COSTA REIS

I. INTRODUÇÃO

As discussões historiográficas a respeito da ditadura militar no Brasil e suas implicações no *corpus* político-social perpassam, além das pesquisas e rigor metodológico, por um intenso combate pelas memórias. Não obstante, as produções escritas sobre o período revelam distintos interesses no processo de ressignificação de falas e ações, quer daqueles partidários de um posicionamento político mais conservador, quer daqueles mais exaltados.

Nos idos da década de 1960, a arena política brasileira encontrava-se imersa em crises e conspirações que ameaçavam acintosamente o nosso frágil sistema democrático de representação. Com efeito, inicialmente no Rio de Janeiro, irromperam-se manifestações públicas oriundas das esferas civil e sindical, as quais sincronizaram veementemente com as reformas de base. Esta maciça mobilização, então, apresentou reação imediata em São Paulo, onde aglutinou vários grupos de orientação política reacionária, transformou-se em um movimento intitulado *Marcha da família com Deus pela Liberdade*, cuja grande mentora foi a contenda conservadora Igreja Católica, proliferou-se por algumas regiões do país e alcançou o Estado de Sergipe em princípios de 1964.

Nesse contexto, algumas entidades culturais sergipanas, como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), a Associação de Arte e Cultura Sergipana, a Sociedade Teatral, dentre outras, além de vários intelectuais locais engajados nesta seara, portanto, mantiveram suas atividades como se houvesse alguma legitimidade no regime imposto, consolidando um *status quo* de que tudo transcorria normalmente na sociedade local.

Tendo em vista a dinâmica e complexidade desses eventos, a presente pesquisa, fruto de um projeto de mestrado que se encontra em estágio inicial, consistirá em analisar a

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Alagoas e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).

participação da Igreja Católica sergipana na formação e consolidação de um pensamento político conservador por intermédio das Marchas entre 1964 e 1966, adotando enquanto plano contextual a conjuntura sócio-política do período, traçando uma narrativa que vai desde à instauração do regime autoritário até suas implicações na arena política de Sergipe, bem como compreender o papel das entidades culturais sergipanas durante o início da ditadura militar e sua relação com os partícipes das Marchas. Ademais, a produção visa identificar os percursos, participantes, motivações das Marchas e os impactos causados na cultura política dos municípios sergipanos e investigar as articulações conduzidas pela igreja para a maciça manipulação ideológica da comunidade civil. Neste artigo, entretanto, apresentarei o repertório conceitual e bibliográfico preliminar que será utilizado durante a elaboração da dissertação, além d'algumas informações sobre a realização das Marchas em Sergipe, demonstrando as contribuições disponibilizadas pela disciplina História Social/Cultural: Teorias, cursada no primeiro período do curso, para a reflexão e melhor compreensão do meu objeto de estudo.

Desse modo, embora a historiografia sergipana tenha contribuído relevantemente para uma análise mais acurada sobre o campo cultural e político do estado, não existem produções bibliográficas neste repertório cujo eixo de abordagem central se proponha a interpretar analiticamente a participação da Igreja e sua *práxis*, utilizada enquanto instrumento de legitimação do golpe, bem como uma compreensão sobre a atuação das entidades culturais, sobretudo durante 1964 e 1966, período no qual elas exerceram a plena atividade de suas funções como se a ordem institucional imposta não causasse nenhuma ressonância negativa em seu *modus operandi*. Sendo assim, como o presente objeto analítico se encontra pouco pesquisado no âmbito das Ciências Humanas, evidencia-se uma necessidade de compreender melhor as referidas dinâmicas desse período e a própria conformação conservadora da sociedade sergipana, a partir de sua inserção nas Marchas.

Os procedimentos metodológicos que conduzirão as atividades de pesquisa, portanto, serão realizados sistematicamente mediante o levantamento e análise de revistas, periódicos e iconografia (1964-1966) nos diversos centros de salvaguarda documental do estado, tais como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, o Arquivo Geral do Judiciário, a Biblioteca Pública Epifânio Dória, dentre outros. Utilizar-se-á enquanto método de pesquisa, ainda, a entrevista semiestruturada, tencionando, desse modo, extrair relevantes informações restritas

aos testemunhos orais dos locais de realização das Marchas e representantes das entidades culturais.

O trabalho vinculado à rememoração no presente enquanto “fonte viva de estudos” e sua relação com o cotidiano, por sua subjetividade, requer pensar no testemunho como narrativa, que é transcrita, editorada, divulgada e recebida pelos leitores. Neste sentido, torna-se fundamental selecionar, criticar e hierarquizar, utilizando o método comparativo entre discursos, contextualizando-os e identificando suas distinções temporais, isto é, “a ação discursiva do presente com a do tempo acontecido” (MARANHÃO FILHO, 2009; DELGADO, 2006). Utilizarei, também, a leitura das fontes iconográficas sergipanas do período a partir das proposições de Boris Kossoy (1989), que se debruçam sobre o uso da imagem na história enquanto testemunho histórico.

Não obstante, a problematização do projeto reside, com efeito, nas seguintes indagações: qual foi, efetivamente, a participação da igreja nas engrenagens desse processo? Onde e de que modo foram realizadas as manifestações pró-golpe de 1964? Qual a relação das entidades culturais sergipanas com as Marchas? Como a História Cultural poderá contribuir para disponibilizar uma reflexão crítica acerca desse repressivo período da cultura política sergipana?

Com o intento de preencher parcialmente alguns dos hiatos levantados nesta comedita nota introdutória, em linhas gerais, julga-se necessário construir, nas entrelinhas das partes constitutivas posteriores deste manuscrito, uma breve contextualização sobre a cadeia de eventos que culminou com a deposição do então presidente João Goulart e decretou, naquela oportunidade, o fim da breve experiência democrática no país. Para tanto, julga-se necessário utilizar as contribuições de autores como Marcos Napolitano (2014), Ibarê Dantas (2014) e Max Weber (2004).

A posteriori, sob a devida depuração do segundo momento, este manuscrito elucidará brevemente as articulações empreendidas por alguns segmentos do corpo social brasileiro, enfatizando as consequências da instauração do golpe em Sergipe, bem como a atuação dos movimentos sociais, que, dentre outras formas de participação coletiva durante o período marcado pela transição de regime, foi responsável por idealizar, numa meticulosa intervenção elaborada em ação conjunta com a ala modernizadora-conservadora da Igreja Católica, a *Marcha com Deus pela Liberdade* nos grandes centros urbanos do Brasil, manifestação que

apresentou fortes ressonâncias em Sergipe, além de “implicações restritivas” sobre o conjunto de entidades culturais do estado. Para tanto, às discussões bibliográficas e conceituais com autores como Adriano Nervo Codato e Marcus Roberto de Oliveira (2004), Michel Foucault (2004), entre outros, serão imprescindíveis para o melhor entendimento de alguns aspectos desse recorte analítico.

II. “DIREITA, VOLVER!”: BREVES APONTAMENTOS SOBRE A INTERVENÇÃO MILITAR DE 1964

Em “1964: História do Regime Militar Brasileiro”, retomando a construção da representação política sobre o governo de João Goulart, o historiador Marcos Napolitano (2014) afirma que o presidente obteve como um importante mérito a revisão da agenda política brasileira na direção de uma democratização da cidadania e da propriedade. Conforme salienta bem o autor:

Tratava-se mais de uma agenda do que, propriamente, de um projeto político de inclusão social, nacionalismo econômico e democratização política. Entretanto, em um ambiente político profundamente conservador e excludente, marcado pela tradição liberal-oligárquica e pelo autoritarismo pragmático, ambos elitistas e avessos à participação das massas na política, esta mudança de agenda serviu para fazer convergir contra o governo Jango tanto o golpismo histórico, que vinha do começo dos anos 50, alimentado pelo medo do comunismo nos marcos da Guerra Fria, como o eventual, engrossado no calor da crise política conjuntural do seu governo. (NAPOLITANO, 2014: P.17).

O autor defende a tese de que em 1964 houve um golpe de Estado resultante de uma coalizão civil-militar, mas, em sua visão, o regime político subsequente não foi uma ditadura “civil-militar”, uma vez que o poder decisório sempre esteve nas mãos dos militares. Para Napolitano (2014), embora os conspiradores civis de 1964 esperassem que os militares retirassem o presidente “indesejado” do poder e saneassem os quadros políticos e partidários

para que se voltasse à normalidade institucional com uma “democracia para poucos”, o que receberam na prática frustrou suas expectativas, uma vez que os militares não confiavam nos políticos, nem mesmo naqueles à direita.

A política voltada para a acumulação do capital requeria um tempo prolongado no poder e, por isso, o regime militar se perpetuaria como um profícuo defensor do capitalismo e de medidas autocráticas necessárias para viabilizar sua plena realização no Brasil.

Napolitano (2014) se opõe, ainda, ao conceito de “ditabranda” referente aos primeiros quatro anos do regime militar em razão da manutenção de dispositivos legais que funcionavam na democracia como o *habeas corpus*, certa liberdade de imprensa e de expressão cultural. Para ele, o governo de Castelo Branco foi o maior responsável pela institucionalização do regime autoritário com a edição de quatro Atos Institucionais, a Lei de Imprensa e a Nova Constituição que consagrava o princípio da Segurança Nacional como norteador da sociedade brasileira.

Os Atos afirmavam o caráter tutelar do Estado sob o comando militar, evitando o personalismo político. A preservação de algumas liberdades jurídicas e civis evitava uma ruptura total com os “valores liberais” que haviam fundamentado e justificado o golpe. Nesse governo, todavia, houve vários Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) e um profundo alinhamento da política externa ao governo norte-americano.

Não obstante o esforço analítico e conceitual do primeiro interlocutor, o historiador sergipano Ibarê Dantas (2014) empenhou-se, nas entrelinhas do compêndio “A tutela militar em Sergipe (1964-1984)”, em aprofundar a compreensão e definição do regime advindo da intervenção militar. Para ele, a amplitude de divergências foi extensa, pois empregou-se os conceitos de Pastorização e Estagnação, concebidos por Celso Furtado (1968); Colonial-Fascismo, de Hélio Jaguaribe (1992); e Elite de Poder, idealizado por Cândido Mendes de Almeida (1966). Nesse ínterim, o *opus operatum* da nova ordem institucional constatou que ela destoava dos modelos fascistas, sendo definida, portanto, como “autoritária, marcada por uma dominação autocrática, sob controle burocrático-militar, assentada numa economia com bases dinâmicas, integradas ao capitalismo internacional” (DANTAS, 2014, p. 12).

Neste sentido, embora Dantas (2014) se debruce sobre uma análise mais profunda acerca da questão em pauta, ambos os autores citados na presente seção atestam que o regime imposto, compreendido como um modelo no qual as sociedades civil e política estiveram sob

o controle dos militares, sobretudo na esfera estadual, não representou, em termos práticos, uma ditadura “civil-militar”, apesar da ostensiva participação de agrupamentos sociais que legitimaram a transição de modelo institucional.

Se Napolitano e Dantas (2014) empreenderam relevantes levantamentos analíticos e conceituais para inferir uma clara compreensão do complexo aparelho burocrático-militar brasileiro, a questão torna-se ainda mais inteligível ao analisar o modo de operação deste regime sob a ótica atemporal do sociólogo alemão Max Weber. No ensaio intitulado “Política como vocação”, parte integrante do renomado livro “Ciência e política: duas vocações”, o autor alemão vai descrever acuradamente o conceito de dominação e a sua utilização enquanto ferramenta de legitimação.

Para Weber (2004), o conceito de dominação consiste em um instrumento no qual o ator investido de tal poder, seja ele jurídico ou simbólico, exerce-o no sentido de se estabelecer na liderança legitimamente. Isto é:

A dominação, ou seja, a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato, pode fundar-se em diversos motivos de submissão. Pode depender de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações utilitárias de vantagens e inconvenientes por parte daquele que obedece. Pode depender do mero “costume”, do hábito cego de um comportamento inveterado. Ou pode fundar-se, finalmente, no puro afeto, na mera inclinação pessoal do súdito (WEBER, 2004: P. 129).

Com base em tal fragmento textual, o autor nos conduz a uma análise que perpassa, conforme atesta sua própria representação conceitual, por três formas de dominação: legal, carismática e tradicional. Neste sentido, a definição de dominação legal, segundo a qual os aspectos burocráticos conformam a categoria mais pura desse modelo, embora nem toda forma de dominação seja exclusivamente burocrática, demonstra, de modo sistematizado, o exercício de domínio praticado pelos militares ao se estabelecerem no poder, instrumentalizando uma nova e contraditória ordem institucional que perdurou por vinte longos anos.

O emprego deste conceito, portanto, colaborará estrategicamente para o desenvolvimento de reflexões relacionadas ao recorte analítico em pauta durante a elaboração de futuros escritos agregados a dissertação.

III. ENTRE QUEPES, TERÇOS E DISCURSOS: AS RESSONÂNCIAS DO GOLPE DE 64 EM SERGIPE, AS MARCHAS COM DEUS PELA LIBERDADE E A ATUAÇÃO DAS ENTIDADES CULTURAIS

Horas após a deposição de Jango, aos 31 de março de 1964, informes inócuos foram veiculados nos diversos recônditos da capital sergipana, constituindo um cenário de intensas inquietações. Grupos cuja orientação ideológica alinhava-se com os movimentos de pró-governo populista, em riste, empreendiam irrelevantes esforços para resistir a uma transição político-administrativa; os atores que aglutinavam as alas de direita, por sua vez, materializadas pela conjuntura conservadora e reacionária de Sergipe, encontravam-se em polvorosa pela iminente intervenção militar.

No dia seguinte, uma grande fração dos estabelecimentos comerciais permaneceu fechada e inúmeros civis dirigiram-se à Praça Fausto Cardoso. Diante da efusiva mobilização, o deputado Euvaldo Diniz, correligionário da UDN, proferiu um longo discurso de repúdio às ações perpetradas contra o regime populista, mas, imediatamente, foi detido e permaneceu sob custódia dos militares. Não obstante a ampla escala de detenções em meio a uma atmosfera política violenta, estava clarividente para a população que o país perpassava por um período no qual o ímpeto da coerção militar sobrepujava-se ao civil.

Ao retornar de viagem, João Seixas Dória, até então governador de Sergipe, tendo em vista a iminente derrocada do governo Jango, pronunciou-se ao povo sergipano numa frustrada tentativa de reafirmar seu colaboracionismo às reformas estruturais. A ação de Dória, então, violou as orientações preventivas instituídas pelo aparato burocrático-militar, que dirigiu-se ao centro do Poder Executivo Estadual e deteve o governador.

A deposição do governador se deu, de acordo com um comunicado oficial dos militares, porque Dória exerceu uma atividade que suscitou o desenvolvimento de práticas como “instrumento de forças extremistas atentando contra a segurança e tranquilidade do país e do Estado”. Para além da substituição do governador, Dantas conclui:

Além de substituírem o governador, cassarem deputados e interferirem no judiciário, os militares desenvolveram também a operação definida como combate à subversão e corrupção pelo interior. Os prefeitos, identificados com a política das reformas de base e/ou acusados de corrupção, foram

presos, enquanto as respectivas câmaras municipais eram pressionadas a formalizar deposições (DANTAS, 2014: P. 34).

Nessa perspectiva, o vice-governador, Celso Carvalho, assumiu o posto de chefe do poder executivo estadual após a promulgação da Resolução nº 4, prerrogativa que assegurava a legitimidade de sua administração sob a coercitiva supervisão da ordem institucional em exercício.

Não obstante, registrou-se em 02 de abril de 1964, dentre tantas outras intercorrências, a intensificação das prisões de civis. Entre os alvos das diligências, que coordenavam suas operações desprovidas de quaisquer ordens judiciais, estavam estudantes, professores, lideranças sindicais, operários, jornalistas e trabalhadores rurais.

Enquanto a atmosfera política estadual encontrava-se inserida em um cenário de crises e conspirações, o empenho de outros agrupamentos sociais cuja orientação ideológica se vinculava a direita reacionária, inicialmente aglutinadas em São Paulo, voltou-se para a organização de maciças mobilizações intituladas *Marchas da Família com Deus pela Liberdade* durante as semanas que antecederam a intervenção militar em 31 de março, reiterando a tese de que representou uma reação ao famoso *Comício da Central*, “antecipando” a deflagração do golpe e transformando o ato público em desfile de triunfo (MORAES, p. 137, 1997 *Apud* CODATO e OLIVEIRA, p. 98, 2004). A referida manifestação pública, em grande medida, tornou-se uma estratégica ferramenta de radicalização ideológica contra grupos considerados “subversivos” e deliberou apoio irrestrito a implementação de um regime liberal-conservador, cujos artífices eram os militares.

Portanto, no dia 19 de março, em São Paulo, as Marchas consistiram em atos públicos gerenciados por atores da classe média urbana, lastreados por políticos conservadores e pela elite empresarial. Esta articulação político-ideológica, então, irrompeu em várias regiões do país e transitou por alguns municípios de Sergipe, meu recorte espacial analítico.

Neste sentido, após uma comedida descrição sobre os impactos sofridos pelos segmentos políticos e civis de Sergipe quando do golpe de 64, julga-se necessária uma breve análise sobre o posicionamento da conjuntura eclesiástica sergipana no decorrer do período investigado, bem como suas estratégias de mobilização voltadas para o campo político-ideológico.

O episcopado sergipano, que exercia forte influência sobre o processo de politização da igreja, encontrava-se dividido em espectros ideológicos distintos, assim como a sociedade civil. Existia, então, um grupo hierárquico ligado ao bispo D. Luciano Cabral Duarte, simpatizante e colaboracionista do regime autoritário que estava em vias de consolidação; o outro grupo, por sua vez, manteve-se instruído sob a influência do bispo D. José Vicente Távora, eclesiástico progressista que estava engajado no combate a repressão exercida pelo regime militar. O cidadão arcebispo, idealizador de alguns projetos sociais, canalizou suas atenções para o campesinato local, expandiu o número de paróquias e implantou em cada uma delas a política de Ação Católica para promover o desenvolvimento das comunidades.

Contudo, ao tornar pública sua orientação político-ideológica, D. Távora foi ameaçado de prisão e esteve confinado no Palácio Episcopal durante inúmeros dias. Desse modo, o arcebispo “escapou de maiores hostilidades por interferência do general Juarez Távora, seu parente” (DANTAS, 2014).

Em linhas, os sindicatos foram constantemente submetidos a um processo de investigação, a imprensa, por sua vez, foi controlada e a Igreja Católica dividida em duas facções. Foi sob o influxo da ala eclesiástica reacionária, portanto, que a instituição religiosa em pauta articulou ostensivos esforços ideológicos que contribuíram para a conformação de um pensamento político conservador em Sergipe, sobretudo a partir de 1964, utilizando as Marchas com Deus pela Liberdade como instrumento discursivo e prático para a legitimação de tal narrativa. Até o momento, para efeito de análise, sabe-se que estas manifestações foram realizadas nos municípios de Aquidabã, Aracaju, Laranjeiras, Propriá e Simão Dias, conforme atestam os periódicos *O Alavanca*, *A Semana*, *Gazeta de Sergipe*, *Folha Populista*, além do *Sergipe Jornal*. Segundo o conteúdo destas fontes, ainda, as Marchas contavam com a presença maciça de autoridades políticas, locais, religiosas, além de um expressivo número de civis.

Quanto à atuação das instituições culturais do estado durante os três primeiros anos de regime autoritário, de acordo com as poucas informações coletadas até o presente momento por intermédio de jornais, atas e dissertações, é possível afirmar que houve um considerável período de silenciamento no que diz respeito a um posicionamento efetivo sobre a instauração da nova ordem, apesar do relevante engajamento de atores que integravam a esfera cultural em suas mais diversificadas variantes na defesa por um Estado que lhes permitisse maiores



concessões relacionadas à liberdade de expressão, principalmente a partir de 1967-1968. Ora, se a seara cultural foi compreendida pela historiografia como um estratégico instrumento de combate a repressão exercida pelo regime autoritário, sob qual justificativa as entidades culturais e intelectuais sergipanos vinculados a este campo atuaram dentro de uma perspectiva de imobilidade? Seria uma resistência velada, ou estaríamos diante de uma rede colaboracionista?

Desse modo, com o objetivo de compreender a participação da contenda conservadora-modernizadora da Igreja Católica sergipana e seu envolvimento ideológico com o aparelho burocrático-militar, sua contribuição para a conformação de um posicionamento coletivo conservador e as influências exercidas por essas narrativas sobre as instituições culturais do estado, pretendo empregar o conceito de discurso e suas implicações, componentes idealizados por Michel Foucault e que foram defendidos no livro intitulado “Arqueologia do Saber”. Nele, o autor se envereda por discussões levantadas nas obras “História da Loucura na Idade Clássica”, “O Nascimento da Clínica” e “As Palavras e as Coisas”, utilizando todas as conclusões epistemológicas contidas nestas obras no sentido de criar um método de arguição das fontes e objetos.

Para Foucault (2004), grosso modo, as formas discursivas consistem em um elementar instrumento de análise para compreendermos a consolidação e legitimação de determinadas narrativas, atestando a veracidade dessa reflexão nas entrelinhas do já citado compêndio “O Nascimento da Clínica”, no qual afirma que o estabelecimento do discurso médico nos idos do século XIX foi responsável pela legitimação do exercício da profissão e do saber daquela área do conhecimento, alocando, posteriormente, esses profissionais nos corredores do poder a partir daquele momento. Em síntese, o autor estuda a internalização das estruturas de poder pelo ser humano, evidenciando o modo como o discurso transforma a percepção da nossa realidade.

Não obstante as reflexões sustentadas por Foucault (2004) nesse sentido, a utilização do conceito de “formas discursivas”, isto é, o meio através do qual analisarei as narrativas reproduzidas pela Igreja sergipana enquanto forma de legitimar a intervenção militar por meio das Marchas, bem como as ressonâncias desse modelo discursivo na atuação das entidades culturais do estado, será de extrema relevância para auxiliar na compreensão desse recorte analítico pouco pesquisado no âmbito das Ciências Humanas.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um primeiro momento, a rigor, foi possível analisar os meios pelos quais o aparelho burocrático-militar ascendeu e se consolidou no poder, utilizando enquanto premissa as reflexões de Marcos Napolitano e Ibarê Dantas (2014) que se debruçaram sobre a definição da tutela militar, haja vista o grande quantitativo de conceitos inconsistentes empregados pela historiografia naquele período. Por conseguinte, no sentido de auxiliar o entendimento daquela ordem institucional oriunda do golpe de 1964 de modo embrionário, julgou-se necessário dialogar com o manuscrito “Política como Vocação”, de Max Weber (1987), no qual o autor alemão idealiza os três tipos legítimos de dominação, suas características e implicações, enfatizando o exercício de dominação legal e sua aplicação no modelo instituído pelos militares.

Nas entrelinhas da última seção, em grande medida, busquei esclarecer as ressonâncias do golpe em Sergipe, de modo a enfatizar as dinâmicas e transformações ocorridas nas esferas político-social e cultural de Sergipe. Esta última abordagem, tendo em vista o número inexpressivo de fontes levantadas até o momento, foi retratada de modo comedido, porém a coleta de informações se encontra em estágio inicial e os resultados dessas incursões pelas fontes primárias serão divulgados em breve.

Após abordar a cisão entremeada nas engrenagens ideológicas da Igreja Católica sergipana, construí uma pequena narrativa na qual constatei a realização das *Marchas com Deus pela Liberdade* e sua consequente utilização enquanto ferramenta de legitimação da intervenção militar. Para tanto, haja vista o surgimento de formas discursivas como objetos de reflexão, utilizei o conceito de discurso defendido por Michel Foucault (2004), que empenhou-se em abordar no livro intitulado “Arqueologia do Saber”, entre outros aspectos, o modo de operação dos discursos enquanto instrumento de legitimação para o estabelecimento de determinadas narrativas.

Com base nas discussões do presente manuscrito, conclui-se que as pesquisas relacionadas ao projeto *Com o terço entre os dedos: as Marchas com Deus pela Liberdade em Sergipe (1964-1966)* detêm um veemente espaço expressivo de possibilidades para o seu pleno desenvolvimento, tendo em vista a diversidade das fontes documentais identificadas até



o momento, bem como o repertório de bibliografias e conceitos apresentando na disciplina História Social/Cultural: Teorias.

FONTES

A Defesa. Propriá-SE, 1964-1966. Fonte documental do Arquivo Público do Estado de Sergipe

A Semana. Simão Dias-SE, 1964. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

O Alavanca. Laranjeiras-SE, 1970-1971. Fonte documental do Arquivo Público do Estado de Sergipe.

Folha Trabalhista. Estância-SE, 1964. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Gazeta de Sergipe. Aracaju-SE, 1964. Arquivo da Biblioteca Pública Epifânio Dória.

Atas de criação e fundamento das entidades culturais sergipanas (1960-1966). Fonte documental do Arquivo Público do Estado de Sergipe.

BIBLIOGRAFIA

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. *A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, no. 47, 2004.

DANTAS, Ibarê. *A Tutela Militar em Sergipe*. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7.^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FURTADO, Celso (Coord.). *Brasil Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

JAGUARIBE, Hélio (Org.). *Sociedade, Estados e Partidos na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOSSOY, Boris. *História e Fotografia*. 2.^a ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 1989.



MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. *Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos*. Fronteiras: Revista Catarinense de História, Florianópolis, n.17, p.137-151, 2009.

MENDES DE ALMEIDA, Cândido A. *Sistema Político e Modelos de Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Ano I, n.º 1, 1966.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. *Marchando com a família, com Deus e pela liberdade: o "13 de Março" das direitas*. *Varia hist.* [online]. 2005, vol.21, n.33, pp. 234-249.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

REIS, Carla Darlem Silva dos. *Gazeta de Sergipe X Rádio Liberdade: censura, imprensa e disputas políticas (1964-1970)*. 2014. 80p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: EDUEL, 2001.

SANTOS, Mislene Vieira dos. *Da Ditadura à Democracia: o Festival de Arte de São Cristóvão e a política cultural sergipana (1972-1995)*. 2014.85p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

SOUZA, Marcos Santana de. *Em tempos de terror e otimismo: o discurso autoritário na imprensa de Sergipe (1964-74)*. *Fênix*, vol. 5, Ano V, n. 3, jul./set. De 2008. P. 1-20. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF16/ARTIGO_15_MARCO_SANTANA_DE_SOUZA_FENIX_JUL_AGO_SET_2008.pdf, Acesso em: 22/12/2014.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. Tradução: Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 12.^a ed. São Paulo: Cultrix, 2004.